

EMENDA N° - PLEN (ao PLV n° 9, de 2020)

Inclua-se, aonde couber, o seguinte artigo:

"Art. XX É garantida a União Federal a abertura de matrículas de imóveis nos Registros Imobiliários, mediante declaração de propriedade para regularização imobiliária, de imóveis oriundos de sucessão do patrimônio à ser incorporado pela extinção de empresas públicas ou autarquias federais.

- § 1°: O prazo de atendimento das solicitações efetuadas pela Secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, através de suas superintendências estaduais, é de 90 dias, prorrogáveis, justificadamente, por igual período.
- § 2°: A declaração de propriedade para regularização imobiliária referida no caput será expedida pela Secretária de Coordenação Governanca е do Patrimônio da União, através de suas superintendências estaduais, por meio de nota técnica assinada por profissional habilitado encaminhada por pelo titular da ofício assinado superintendência estadual.
- § 3°: Para fins do disposto no caput fica dispensada anuência do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes DNIT para o registro de imóveis oriundos da Ex-RFFSA, previstos na Lei 11.483 de 31 de maio de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa aprimorar os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

A inclusão deste artigo pretende aumentar a disponibilidade de ativos para alienação, mediante a desburocratização do registro dos imóveis em nome da União, suprindo uma lacuna importante no maior gargalo que a superintendências estaduais possuem, a ausência de incorporação dos imóveis advindos das empresas extintas com a RFFSA, IAA, IBS, etc.

Sala das sessões,



Senador **MAJOR OLIMPIO** Líder do PSL